

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN

IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

ORGANIZAÇÃO

João Quartim de Moraes

Marcos Del Roio

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

VOLUME 4

VISÕES DO BRASIL

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

H629 História do marxismo no Brasil / organizadores: João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Conteúdo: v. 4. Visões do Brasil.

1. Comunismo – Brasil. 2. Partidos políticos – Brasil. I. Moraes, João Quartim de. II. Del Roio, Marcos, 1955- III Título.

ISBN 978-85-268-0766-2

CDD 320.5320981
329.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunismo – Brasil	320.5320981
2. Partidos políticos – Brasil	329.981

Copyright © by Organizadores
Copyright © 2007 by Editora da Unicamp

1ª edição, 2000
3ª reimpressão, 2022

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

<i>João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio</i>	7
1 – FEUDALISMO, CAPITAL MERCANTIL, COLONIZAÇÃO	
<i>Lúgia Osório Silva</i>	11
2 – A TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: TENTATIVA DE PARTICULARIZAÇÃO DE UMA REVOLUÇÃO BURGUESA EM PROCESSO	
<i>Marcos Del Roio</i>	73
3 – TEMPO DE FUNDADORES	
<i>Angelo José da Silva</i>	135
4 – O PROGRAMA NACIONAL-DEMOCRÁTICO: FUNDAMENTOS E PERMANÊNCIA	
<i>João Quartim de Moraes</i>	161
5 – LUTA POR TERRA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS: A ESQUERDA NO CAMPO NOS ANOS 50/60	
<i>Leonilde Servolo de Medeiros</i>	229
6 – O NORDESTE: “PROBLEMA NACIONAL” PARA A ESQUERDA	
<i>Carlos Alberto Dória</i>	271
7 – “OPINIÃO PÚBLICA” E PARTIDOS POLÍTICOS EM ALGUMAS ANÁLISES DE CONJUNTURA DE CAIO PRADO JR.	
<i>Raimundo Santos</i>	293

APRESENTAÇÃO

Este volume completa, com sete estudos que examinam criticamente as principais visões e interpretações marxistas da sociedade brasileira, bem como as grandes questões e os debates que elas suscitaram, o segundo dos três eixos temáticos em torno dos quais se organizou o projeto História do Marxismo no Brasil.

Não nos alongaremos nas dificuldades encontradas para chegar até aqui. A má vontade “mediática” (pequenas farpas de resenhistas neoliberais, silêncio indiferente de muitos outros) não chegou a surpreender. As idéias dominantes não se deixam impunemente pôr em questão. Com um pouco menos de hostilidade, teríamos chegado mais depressa a nossos leitores potenciais. Mas o essencial é que chegamos. Mais recentemente, de resto, críticos de reconhecida cultura e objetividade analítica têm reconhecido e enfatizado o valor histórico e analítico do esforço pioneiro empreendido em nossa obra coletiva.

A despeito das várias reformulações por que passou no decorrer dessa trajetória, o projeto preservou a idéia original dos três grandes eixos temáticos: o primeiro consagrado ao impacto das grandes revoluções do século XX e à recepção da obra de Marx e Engels e dos principais teóricos marxistas; o segundo, à interpretação marxista da sociedade brasileira; e o terceiro, ao combate político dos marxistas brasileiros.

A imagem orgânica de um tronco bifurcado em dois grandes ramos descreve a execução da primeira parte do projeto. Com efeito, ele se desdobrou num primeiro volume, publicado em 1991, tendo por tema central o impacto das grandes revoluções do século XX (Russa, Chinesa, Cubana principalmente) sobre a esquerda brasileira, e num segundo volume, publicado em 1995, que examina como aqui foram recebidas e absorvidas as mais importantes expressões do desenvolvimento da teoria marxista no século XX, nas dimensões política, econômica, filosófica e cultural. O segundo volume compreende ainda um capítulo consagrado à influência de Trotski, e outro, à de Lukács.

Foi apenas no terceiro volume, publicado em 1998, que completamos o primeiro eixo temático com o estudo da recepção e influência das idéias de Althusser e de Gramsci no marxismo brasileiro. Parte substancial desse volume está consagrada ao segundo eixo temático do projeto original, a aplicação do marxismo à análise e compreensão histórica da sociedade brasileira. Nessa perspectiva são discutidos os temas da democracia, do dualismo estrutural, do desenvolvimento nacional e da luta cultural.

Com o presente volume, completamos a exposição, iniciada no terceiro, das visões marxistas do Brasil. Compreende sete capítulos, dispostos de modo a articular análise dos conceitos e exposição dos processos históricos. O primeiro, de Lúgia Osório Silva, retoma o debate sobre os nexos conceituais e históricos do feudalismo com o capital mercantil nas origens lusitanas da colonização. Segue o de Marcos Del Roio sobre o esforço dos marxistas brasileiros para compor um universo categorial e pensar a particularidade da revolução democrático-burguesa na era imperialista. O terceiro, de Angelo José da Silva, expõe a visão que tinham do Brasil os fundadores do movimento comunista. João Quartim de Moraes expõe os fundamentos teóricos do programa nacional-democrático. Leonilde Servolo de Medeiros reconstitui e analisa, a partir de fontes primárias, a luta dos comunistas pela reforma agrária no período

Apresentação

que precedeu o golpe de 1964. Em seguida, Carlos Alberto Dória reconstitui a visão da esquerda, principalmente marxista, sobre o Nordeste como “problema nacional”. Enfim, Raimundo Santos examina a visão de Caio Prado Jr. sobre a realidade brasileira, tal como se expressa na análise de diferentes conjunturas políticas nas quais esteve diretamente envolvido.

João Quartim de Moraes

Marcos Del Roio

Fevereiro de 2000 / junho de 2007

FEUDALISMO, CAPITAL MERCANTIL, COLONIZAÇÃO

Lígia Osório Silva

1. Introdução

As idéias produzidas por Marx a respeito da colonização do continente americano são parte integrante do seu entendimento sobre os mecanismos da transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja, da constituição do modo de produção capitalista. Permitem não só compreender os fenômenos especificamente europeus, como também ter uma visão integrada dos acontecimentos que se desenrolaram na mesma época em diferentes zonas do globo.¹

O período histórico da transição do feudalismo para o capitalismo foi marcado principalmente pela expansão das rotas comerciais do Ocidente europeu, pela aplicação das políticas econômicas mercantilistas e pelas alterações ocorridas no campo, tanto no âmbito das relações de trabalho como naquele do regime de propriedade da terra. Em relação a este último aspecto, pode-se dizer que enfatizar o estudo dos privilégios jurídicos ou consuetudinários que caracterizaram o feudalismo e as lutas que se desenrolaram no continente europeu, objetivando modificá-los, constituiu uma das pistas mais férteis seguidas pelos historiadores econômicos marxistas para o entendimento tanto do regime que se desintegrava lentamente quanto daquele que veio a substituí-lo. Em relação aos acontecimentos desencadeados pelas grandes navegações e

o estabelecimento de relações econômicas permanentes entre a Europa e as Américas, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo mercantilismo, trata-se de fato amplamente reconhecido que foi a partir do enfoque marxista que se desdobraram inúmeros estudos elucidativos sobre o mundo colonial.

Em *O capital*, dentre outros trabalhos nos quais estes assuntos são abordados, encontramos as bases da análise marxista da economia da época moderna. No capítulo dedicado à gênese do capitalismo industrial, integrante da parte do livro primeiro dedicado à acumulação primitiva, Marx descreveu os procedimentos “idílicos” que assinalaram a aurora da era capitalista, procedimentos que, do ponto de vista da economia mundial, concentraram riquezas na Europa Ocidental e, do ponto de vista das economias nacionais, concentraram os meios de produção, *grosso modo*, numa camada determinada da população, a burguesia. Em busca das raízes do capitalismo industrial, Marx destacou o papel desempenhado pela política econômica mercantilista — este conjunto de receitas práticas que visam ao aumento da riqueza dos Estados nacionais recém-criados — na acumulação de capital (mercantil), por meio de métodos que iam do saque à organização da produção. Este processo de concentração, na verdade, foi iniciado no campo inglês, cenário da revolução agrária que, do século XVI ao XVIII, transformou as relações de produção e de propriedade e teve como contrapartida a expropriação dos camponeses. Pela complexidade dos fatores que pretende explicar, a “assim chamada acumulação primitiva” constitui uma das teses marxistas mais controversas.²

Na base do processo de acumulação primitiva está a noção de expropriação, portanto apropriação da riqueza acumulada pela força. Por isso ela é aplicável à exploração e à pilhagem colonial. Quando se trata da Europa, significa realocação de meios de produção. E este, sem dúvida, é o seu aspecto mais importante porque, ao concentrar os meios de produção, o mecanismo chamado de acumulação primitiva criou, ao mesmo tempo, um grande contin-

gente de trabalhadores livres e disponíveis e um igualmente grande mercado de consumo para as mercadorias produzidas pelo novo sistema.³ O processo, quando bem-sucedido, como no caso da Inglaterra, consistiu na combinação sistemática de procedimentos diversos, englobando as colônias, a dívida pública, o moderno sistema tributário e o protecionismo, mas caracterizando-se também pelo decisivo emprego do poder estatal para favorecer a concentração das riquezas obtidas em poucas mãos. A transferência de bens, particularmente da terra sob o domínio da Igreja ou dos camponeses, para novas mãos foi um dos métodos mais eficientes de concentração de riqueza empregados pelas classes dominantes com apoio estatal. No caso da expropriação do campesinato, tratava-se da separação dos produtores diretos dos meios de produção, ocorrida em muitos lugares da Europa, e cujos desdobramentos de agudas conseqüências para o tecido social fazem parte da problemática da transição do feudalismo para o capitalismo.

A importância desta implicação para a teoria marxista do desenvolvimento capitalista pode ser medida por meio do esforço empregado por alguns críticos para destacar a existência de trabalhadores livres em diferentes períodos históricos e diminuir assim a importância do fenômeno verificado por Marx, no período de transição do feudalismo para o capitalismo. Também costumam questionar o alcance dos “enclosures” (demarcações das terras, principalmente as comunais, ao longo dos séculos XVI e XVIII)⁴ na constituição do proletariado inglês, pelo mesmo motivo.⁵ Mas, no que pese a necessidade constante da historiografia corrigir certas imprecisões dos dados empíricos, a generalização do trabalho assalariado e a existência de um grande contingente de mão-de-obra disponível para a primeira fase da Revolução Industrial constituem fatos dos quais é impossível fugir, a menos que se transformem em fantasmas os operários têxteis do Lancashire.

De todo modo, as críticas não procuram questionar o papel do sistema colonial como veio condutor das riquezas produzidas,

acumuladas ou simplesmente existentes no resto do mundo, para as economias européias da Época Moderna. A descoberta do ouro e da prata na América, sua exploração baseada na escravização dos índios, o início da conquista e pilhagem da Ásia, a transformação do continente africano num reservatório de escravos, estas e outras tantas teias de relações unindo os europeus aos povos conquistados são parte da história européia descrita e analisada em inúmeros trabalhos, e não apenas de historiadores marxistas.⁶ Mas é possível que se tratasse apenas de um estímulo momentâneo, sujeito a perder força quando o fluxo de metais preciosos diminuísse. A questão pertinente é saber se, à medida que se organizou a exploração sistemática dos territórios coloniais, surgiram efeitos duráveis para o desenvolvimento econômico europeu. Algo que não fosse apenas uma empresa lucrativa momentânea, mas que constituísse um estímulo duradouro para a indústria européia. O ponto sujeito a discussão, portanto, é o papel representado pelo sistema colonial no desencadeamento da Revolução Industrial. Elemento indispensável, mas não suficiente? Ou, pelo contrário, elemento bloqueador do desenvolvimento do capitalismo?⁷ Com efeito, o desafio maior consiste em tentar conciliar o papel do sistema colonial como veio condutor de riquezas para as metrópoles e o destino melancólico das metrópoles ibéricas, a despeito dos seus impérios coloniais, no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo.⁸

No capítulo referido anteriormente da obra de Marx, encontramos a afirmação de que, “nos tempos da manufatura”, foi a supremacia comercial que possibilitou a supremacia industrial, indício da importância por ele atribuída ao papel das colônias no desenvolvimento industrial das metrópoles. E é por isso que o regime colonial, apelidado por Marx de “deus estrangeiro”, ocupou um lugar de destaque na política mercantilista, por seu papel no processo de concentração de riquezas no centro da economia mundial.⁹

Estas considerações que são parte do livro primeiro de *O capital* não esgotam, entretanto, a contribuição de Marx para a chamada “problemática da transição”. São de particular interesse para este período os capítulos do livro terceiro¹⁰ consagrados ao papel do comércio na desintegração do feudalismo. Ali expõe a tese de que o tempo e as formas da desintegração dependeram primordialmente da solidez e da articulação internas do modo de produção feudal. Em outros termos, o desenvolvimento do comércio e, conseqüentemente, o seu corolário — a exploração colonial — seriam elementos insuficientes para explicar a destruição de um modo de produção — o feudal — e o nascimento de outro — o capitalista.

A terceira senda aberta pelos estudos históricos de Marx em *O capital* diz respeito ao papel crucial ainda sujeito a controvérsias do sistema de trabalho das colônias e que aparece, como bem observou o historiador Pierre Vilar, na frase de Marx a propósito das relações entre a escravidão nas Américas e do capitalismo na Europa: “De fato, a escravidão disfarçada dos trabalhadores assalariados na Europa necessitava, para seu pedestal, da escravidão pura e simples no Novo Mundo.”¹¹

Mas até que ponto os argumentos esboçados por Marx no capítulo “A moderna teoria da colonização”, ao criticar as idéias do economista inglês E. G. Wakefield sobre política de terras nas colônias, constituem o embasamento teórico suficiente para a explicação da forma assumida pelo trabalho nas Américas (escravo ou servil)? No início do século XIX, a tônica da discussão que animava a “Colonization Society”, da qual Wakefield fazia parte, era uma crítica à política de distribuição de terras nas colônias britânicas, que, segundo a Society, tinha efeitos nefastos sobre o desenvolvimento do capitalismo nos *white dominions*. Esses efeitos advinham do alto preço da mão-de-obra assalariada nessas colônias, em função da sua escassez. A política de distribuição de terras da administração colonial visava tornar atraente o investimento nas colônias, mas provocava um problema para os investidores

ao colocar o estoque de terras ao alcance dos trabalhadores. O financiamento da passagem que visava garantir mão-de-obra em abundância para os capitalistas acabava se transformando em financiamento para concorrentes. Para evitar esta situação, Wakefield propunha às autoridades governamentais britânicas dificultar o acesso à terra por meio da estipulação de um “sufficient price” para os lotes de terra vendidos aos que emigravam para os domínios brancos (Austrália e Nova Zelândia, principalmente). A teoria esboçada pela “Colonization Society”, de acordo com Marx, tinha a peculiaridade de revelar a relação social embutida no conceito de capital, uma vez que deixava claro que, sem a contratação de trabalhadores produtivos, dinheiro não cria riqueza e, portanto, não há regime de propriedade privada capitalista sem expropriação da maioria da população.

Em síntese, a questão abordada no capítulo era a relação entre a ausência do monopólio da terra (derivado de um processo de produção anterior) e o desenvolvimento do capitalismo. Nos *white dominions*, a ausência de uma forma anterior de monopolização da terra suscitou em Wakefield a idéia de criar artificialmente um mercado de terras que funcionasse como barreira à entrada dos trabalhadores na categoria de proprietários. E, como o próprio Wakefield admitia, a inspiração viera do exemplo dos plantadores escravistas de Cuba e do Brasil, que pagavam pela sua mão-de-obra cativa. O “sufficient price” proposto por ele cumpriria nas colônias inglesas o papel da coação extra-econômica no Brasil. Compreende-se, assim melhor, o sentido da frase de Marx citada anteriormente: quando se trata da mercadoria força de trabalho, para que as leis de mercado funcionem no interesse dos capitalistas, é preciso a expropriação prévia dos trabalhadores diretos.

Nesta passagem de *O capital*, encontra-se sublinhado também o contraste existente entre um sistema de apropriação privada no qual os meios de produção estão nas mãos do trabalhador e outro no qual pertencem ao capitalista que emprega para valorizá-lo

trabalhadores assalariados, como ocorria na Europa Ocidental, na segunda metade do século XIX. A possibilidade da ocorrência de fenômenos como aqueles que preocupavam Wakefield derivava da situação excepcional existente nas colônias, onde o acesso à terra não estava monopolizado por integrantes do antigo modo de produção. Em consequência, o desenvolvimento do capitalismo não encontrava a resistência de uma classe em decadência, mas a resistência dos produtores diretos que, “enquanto donos dos seus meios de trabalho, empregavam seu trabalho para enriquecerem a si próprios e não aos capitalistas”.¹²

A análise referia-se ao caso da América do Norte, mas a existência de terras “livres” era, até certo ponto, uma característica das terras do Novo Mundo. Mas a transposição do argumento para o momento da montagem das plantações coloniais divide os historiadores marxistas. Não há unanimidade a favor do argumento de que foi para contornar tal situação e dispor de mão-de-obra abundante que os colonizadores recorreram ao trabalho forçado nas plantações das Américas. Um dos aspectos essenciais do problema está na existência de uma possível alternativa (não teórica, mas real) ao trabalho escravo: trabalho assalariado ou pequeno produtor independente. O caso da colônia brasileira no século XVI, na qual se recorreu ao trabalho forçado dos indígenas e dos africanos desde o início, a exemplo do que já ocorria na exploração das ilhas do Atlântico, suscita algumas dúvidas, já que o paralelo entre o tipo de colonização efetuado na América portuguesa e a situação dominante nos Estados Unidos ou nos *white dominions* no século XIX torna a aceitação do argumento problemática. Em outros termos, a reintrodução da escravidão como forma predominante de trabalho na colônia é derivada do desenvolvimento do capitalismo ou esteve vinculada ao processo conhecido como “reação feudal”, ocorrido em partes da Europa no século XVI?

No Brasil, os caminhos da história econômica do mundo colonial partiram freqüentemente das sendas abertas por Marx para a com-

preensão das relações complexas que uniam as potências européias que transitavam do feudalismo para o capitalismo às terras do Novo Mundo, por meio da revolução comercial que marcou os albores da Época Moderna. E caracterizar essas relações constitui o primeiro passo para a compreensão das sociedades coloniais, ponto de partida das nações que se organizaram nas Américas ao final do Antigo Regime. O espaço econômico não europeu, incorporado à economia da Época Moderna, passou a abrigar sociedades organizadas a partir dos interesses definidos pela política econômica das metrópoles, enquanto paralelamente, de modo deliberado, se desorganizavam as sociedades anteriormente ali constituídas. Mas este entrelaçamento de destinos nem sempre se deslinda facilmente porque, assim como o papel do sistema colonial na constituição do capitalismo é controverso, definir o caráter das sociedades coloniais também é. O objetivo das páginas que seguem é, a partir da contribuição da historiografia econômica marxista para a análise do período colonial, debater alguns aspectos da inserção da história da América portuguesa no desenvolvimento do capitalismo em escala global.

A vitalidade do debate em torno da economia e da sociedade coloniais tem contribuído de modo indiscutível para o conhecimento dos problemas que afligiram e afligem o Brasil, por meio do difícil resgate das suas origens históricas. Neste debate, ressalta, sem dúvida alguma, a contribuição dos historiadores marxistas, extraída de um conjunto altamente representativo de intelectuais que marcou — alguns desde os anos 40, outros mais recentemente — a produção acadêmica e não acadêmica brasileira: Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr., Fernando Novais, Ciro Cardoso e Jacob Gorender.

Em grandes linhas, estes autores se dedicaram a desenredar a difícil combinatória entre a forma de inserção na economia internacional das terras colonizadas pelos portugueses na América e os aspectos concretos assumidos pela sociedade que se monta

nessa área no período que vai do século XVI ao XIX, tarefa para a qual era indispensável apurar as causas da adoção da escravidão colonial e suas relações com o desenvolvimento do capitalismo na Europa.

Não é nossa intenção apresentar esta síntese como o somatório de todas as contribuições, ignorando o fato indiscutível de que existem contradições importantes entre os autores, que algumas vezes aparecem na forma da crítica direta. Por outro lado, também não estamos interessados em contrapor os argumentos simplesmente para destacar as diferenças e para saber o que cada autor pensa dos outros. Perseguimos o intuito de discutir algumas das dificuldades que se opõem a uma compreensão sintética da questão colonial e o modo como os autores procuraram superá-las.

O problema que parece trazer mais dissonância ao estudo do sistema colonial gira em torno da eleição do aspecto principal na definição das economias coloniais: o processo de constituição do capitalismo em escala global ou o modo de produção que se organiza na colônia. Em outros termos, embora fazendo parte da economia européia da Época Moderna, a economia colonial pode ser estudada como um modo de produção, com todas as implicações que o conceito determina na teoria marxista? *Ciro Cardoso* e *Jacob Gorender* respondem afirmativamente a essa questão, limitando a construção do modelo de funcionamento do modo de produção escravista colonial ao plano econômico. Os demais autores não acham possível o estudo do mundo colonial como um modo de produção autônomo, já que este se organiza como um setor das sociedades européias marcadas pela desintegração do feudalismo e o nascimento do capitalismo. Mas entre estes também não há concordância absoluta pois *Caio Prado Jr.* e *Fernando Novais* enfatizam mais o aspecto mercantil do empreendimento colonial, enquanto *Werneck Sodré* enfatiza o caráter escravista colonial e *Passos Guimarães* sublinha os traços feudais transpostos pela metrópole portuguesa.

Da resposta a esta primeira questão decorre o entendimento que se tem de muitos aspectos da organização da produção na colônia. Como, por exemplo, a colonização que se processa na América portuguesa e as características que ela assume — trabalho escravo e grande propriedade — em que medida estiveram vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo na Europa?

De um modo geral, a apropriação do solo colonial foi organizada com base na legislação vigente nas metrópoles, adaptada aos interesses da colonização, uma vez que as potências europeias não reconheceram aos habitantes do Novo Mundo o direito de propriedade sobre as terras que ocupavam.¹³ No caso da América portuguesa, o processo de apropriação esteve necessariamente associado ao transplante do regime territorial baseado na aplicação da lei de sesmarias ao solo colonial. A concessão de sesmarias foi a forma jurídica utilizada pela metrópole para ceder aos particulares partes do novo território americano, tendo em vista, é claro, o aproveitamento econômico do solo, que, além de lucrativo, defenderia a colônia da interferência das demais potências europeias. A natureza transitória da sociedade europeia no século XVI tem provocado certas dúvidas quanto ao caráter da legislação transposta, ligeiramente adaptada pelos forais e regimentos. É certo que a dúvida se estende à natureza do regime econômico dominante em Portugal, mas, sem precisarmos nos estender muito sobre a polémica a respeito da existência histórica de um feudalismo português, torna-se indispensável explorar as características mais marcantes da Lei das Sesmarias, seus objetivos quando foi promulgada no século XIV e sua adaptação à produção colonial.

Em resumo, a natureza da sociedade em formação na colônia, suas relações com o desenvolvimento do capitalismo na Europa, os objetivos da colonização, a política de terras e de mão-de-obra implementadas pela metrópole constituem problemas para os quais os autores citados procuraram dar respostas.